

# CIÊNCIAS MÉDICAS:

CAMPO TEÓRICO, MÉTODOS, APLICABILIDADE E LIMITAÇÕES

2

**BENEDITO RODRIGUES DA SILVA NETO**  
(ORGANIZADOR)

**Atena**  
Editora  
Ano 2021

# CIÊNCIAS MÉDICAS:

CAMPO TEÓRICO, MÉTODOS, APLICABILIDADE E LIMITAÇÕES

2

**BENEDITO RODRIGUES DA SILVA NETO**  
(ORGANIZADOR)

**Atena**  
Editora  
Ano 2021

### **Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

### **Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

### **Bibliotecária**

Janaina Ramos

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

### **Imagens da Capa**

iStock

### **Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

### **Revisão**

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal do Semi-Árido  
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

#### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

#### **Conselho Técnico científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andrezza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Edson Ribeiro de Brito de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramirez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Sullivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

## Ciências médicas: campo teórico, métodos, aplicabilidade e limitações 2

**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremona  
**Correção:** Mariane Aparecida Freitas  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Benedito Rodrigues da Silva Neto

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências médicas: campo teórico, métodos, aplicabilidade e limitações 2 / Organizador Benedito Rodrigues da Silva Neto. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

230 p., il.

ISBN 978-65-5983-292-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.927210807>

1. Medicina. 2. Saúde. I. Silva Neto, Benedito Rodrigues da (Organizador). II. Título.

CDD 610

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

## APRESENTAÇÃO

Apresentamos a mais nova obra no campo das Ciências Médicas intitulada “Ciências Médicas Campo Teórico, Métodos, Aplicabilidade e Limitações” coordenada pela Atena Editora disposta, inicialmente, em quatro volumes, objetivando destacar todo espectro de ação da medicina desde a teoria à prática. Todo o trabalho que de forma didática foi subdividido em quatro volumes foi desenvolvido em território nacional o que implica no trabalho constante dos profissionais da saúde no Brasil para o avanço da saúde do país mesmo em face dos diversos impecilios e dificuldades enfrentadas.

Deste modo direcionamos ao nosso leitor uma produção científica com conhecimento de causa do seu título proposto, o que a qualifica mais ainda diante do cenário atual e aumentando a importância de se aprofundar no conhecimento nas diversas técnicas de estudo do campo médico que tragam retorno no bem-estar físico, mental e social da população.

Repetimos aqui uma premissa de que ano atual tem revelado a importância da valorização da pesquisa, dos estudos e do profissional da área médica, já que estes tem sido o principal escudo e amparo nos últimos meses. Esta obra, portanto, compreende uma comunicação de dados muito bem elaborados e descritos das diversas áreas da medicina oferecendo uma teoria muito bem elaborada nas revisões literárias de cada capítulo, descrevendo metodologias tradicionais e também as mais recentes, aplicando as mesmas na realidade atual de cada cidade onde os trabalhos foram desenvolvidos e onde os resultados foram obtidos.

A disponibilização destes dados através de uma literatura, rigorosamente avaliada, evidencia a importância de uma comunicação sólida com dados relevantes na área médica, deste modo a obra alcança os mais diversos nichos das ciências médicas. A divulgação científica é fundamental para romper com as limitações nesse campo em nosso país, assim, mais uma vez parabenizamos a estrutura da Atena Editora por oferecer uma plataforma consolidada e confiável para estes pesquisadores divulguem seus resultados.

Desejo à todos uma excelente leitura!

Benedito Rodrigues da Silva Neto

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

#### **A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INTERPROFISSIONAL EM SAÚDE: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

Luísa Schultz Coelho Kampits

Ana Cristina Pippi dos Santos

Gisele Baggio

Amanda Eveline Lermen

Raphael Loureiro Borges

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9272108071>

### **CAPÍTULO 2..... 6**

#### **A IMPORTÂNCIA DA PREPARAÇÃO MÉDICA NO SALVAMENTO A DESASTRES**

Gisele de Jesus Batista

Fernanda Roques Felipe

Carla Thailenna Jorge Pereira

Andrenia Soares Montes

Milena Matos Cruz

Kássio Maluar Gonçalves Luz

Laura Costa Gomes

Natalia Rose de Almeida Leite Furtado

Deyla Jordana de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9272108072>

### **CAPÍTULO 3..... 11**

#### **A PSICOLOGIA MÉDICA PARA FORMULAÇÃO DO DIAGNÓSTICO GLOBAL DE UMA PACIENTE EM HEMODIÁLISE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Lucas Matheus da Silva Castro

Andrea Marcela dos Santos Lopes

Mainã Cristina Santos dos Santos

Maria de Jesus Rodrigues de Freitas

Luciana Brandão Carreira Del Nero

Giovana Silva Correa Reis

João Vitor Tavares Carneiro

Arilson Lima da Silva

Genislaine Pereira Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9272108073>

### **CAPÍTULO 4..... 20**

#### **ANODIZAÇÃO EM LIGAS DE TITÂNIO UTILIZADAS PARA FABRICAÇÃO DE COMPONENTES PARA A ÁREA DA MEDICINA E DA ODONTOLOGIA PARA A EMPRESA SYREOS**

Poliana Listone

Ghisana Fedrigo

Mateus Ritter Pasini

Mario Wolfart Junior

Carlos Roberto Wolz

Guilherme Pauli

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9272108074>

**CAPÍTULO 5..... 30**

**CEFALEIA EM SALVAS ASSOCIADA A MIGRÂNEA COM AURA EM PACIENTE JOVEM DO SEXO FEMININO: RELATO DE CASO**

Juliana Magna de Souza Quartezeni Duarte

Laila Radael Albiani

Nicolas Schwambach Krohling

Raysa Porto Nico

Soo Yang Lee

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9272108075>

**CAPÍTULO 6..... 36**

**CUIDADOS PALIATIVOS: UM BREVE OLHAR SOBRE A EVOLUÇÃO DAS NORMAS E CONCEITOS**

Melca Bonini

Gabriela dos Santos Medina

Marina Cagini

Erica Nunes da Silva

Luci Mendes de Melo Bonini

Leonardo de Souza Piber

Ana Cristina Ribeiro Zollner

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9272108076>

**CAPÍTULO 7..... 48**

**EFEITOS DO BANHO DE OFURÔ EM RECÉM-NASCIDOS PREMATUROS: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA**

Jessica Carolinne Mascarenhas Costa

Sarah Patrícia de Oliveira Rocha

Isabel Clarisse Albuquerque Gonzaga

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9272108077>

**CAPÍTULO 8..... 56**

**ESPONDILODISCITE POR PÉ DIABÉTICO: RELATO DE CASO**

Nicolas de Vargas Franco

Grazielly Mariza Segala

Kátia Elisabete Pires Souto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9272108078>

**CAPÍTULO 9..... 59**

**FÍSTULAS APÓS PROCEDIMENTOS BARIÁTRICOS – TÉCNICA DE SLEEVE GÁSTRICO E BYPASS GÁSTRICO**

Gabriel Moretto Sandri

Aline Silveira

Bruno Zilberstein

Danilo Dallago De Marchi  
Fernando Furlan Nunes  
Eduardo Lins Lima  
Willy Petrini Souza  
Gil Abdallah Tosta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9272108079>

**CAPÍTULO 10..... 69**

**GESTAÇÃO ECTÓPICA ROTA EM PACIENTE COM LAQUEADURA TUBÁRIA: UM RELATO DE CASO**

Daniela Moura França  
Lázaro Luiz de Paula Neto  
Francine Festuci Figueiredo Bertozzi  
Isabela de Oliveira Bertoldo  
Nathalia Komatsu Cardoso  
Gabriel Monteiro Peixoto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.92721080710>

**CAPÍTULO 11 ..... 79**

**HÉRNIA INGUINAL GIGANTE COM PERDA DE DOMICÍLIO ENCARCERADA E COM ISQUEMIA MESENTÉRICA: RELATO DE CASO**

Victor Costa Monteiro  
Sérgio de Oliveira Cunha Junior  
Christhyane Diniz Santos  
Renata Gomes de Oliveira  
Márcio Antônio de Pádua Guimarães Neto  
Allana Tonini Fernandes  
Alessandra Jaco Yamamoto  
Renner Pereira da Silva Melo  
Natália David Vilela  
Pabline Vanin Claudino  
Hatus Flávio Fernandes e Souza  
Nathália Dutra Naves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.92721080711>

**CAPÍTULO 12..... 89**

**IMPACTO DO TRANSTORNO DO ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICO POR ABUSO SEXUAL NO DESENVOLVIMENTO CEREBRAL INFANTIL**

Nathan Marcondes Freitas Leite  
Carolina Naville de Farias  
Natan Bueno Rainho  
Stella Rodrigues Barros do Nascimento  
Flávio Silva Tampelini

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.92721080712>

**CAPÍTULO 13..... 99**

**INSUFICIÊNCIA VENOSA EM PACIENTES DIABÉTICOS**

Anderson Stefani Gratieri  
Ramon Ventura Ferreira dos Santos  
Mario Martins  
Ricardo Zanetti Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.92721080713>

**CAPÍTULO 14..... 105**

**LUPUS ERITEMATOSO SISTEMICO E ANOMALIAS CAROTÍDEAS COMO FATOR DE RISCO PARA ACIDENTE VASCULAR ENCEFÁLICO**

Yasmin Castro Marques  
André Luiz Pollo  
Isabela Cordeiro Pântano  
Caroline Gil Ferreira  
Guilherme Almeida de Oliveira  
Juliana Arantes Calil  
Lara Busnardo Louzada  
Renan Munhoz Braz  
Taísa Bento Marquez  
Fabio Henrique Limonte  
Antonio Luciano Batista de Lucena Filho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.92721080714>

**CAPÍTULO 15..... 110**

**O IMPACTO DA EPILEPSIA NA QUALIDADE DE VIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Laucy Coelho de Oliveira  
Leandro Fernandes Pontes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.92721080715>

**CAPÍTULO 16..... 125**

**PREVALÊNCIA DA DEPRESSÃO PÓS-PARTO E OS RISCOS RELACIONADOS À PUÉRPERA E AO RECÉM-NATO: REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA**

Raiane Gomes Sobrinho  
Fernanda Silvério da Rocha  
Mayara Nanny Bandeira de Sales  
Maria de Lourdes Silva de Carvalho  
Maria Leila Fabar dos Santos  
Rayana Gonçalves de Brito  
Silvana Nunes Figueiredo  
Francisca Natalia Alves Pinheiro  
Leslie Bezerra Monteiro  
Loren Rebeca Anselmo Nascimento  
Anderson Araújo Corrêa  
Otoniel Damasceno Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.92721080716>

<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>137</b>
<b>SÍNDROME DE WERNICKE-KORSAKOFF EM ALCOOLISTA CRÔNICO: RELATO DE CASO</b>	
Lara Busnardo Louzada	
Vittoria Calegari Thomazella	
Ana Lais Castrequini	
Debora de Cassia Tomaz	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.92721080717">https://doi.org/10.22533/at.ed.92721080717</a>	
<b>CAPÍTULO 18.....</b>	<b>145</b>
<b>TÓRAX INSTÁVEL SOB A PERSPECTIVA CLÍNICA: CONSIDERAÇÕES EM PACIENTES ADULTOS E PEDIÁTRICOS</b>	
Richard Ferreira do Nascimento	
Jorge Henrique Bittar de Moraes Alexandrino Nogueira	
Marcus Vinícius Gomes de Oliveira	
Thales Rodrigues	
Samantha Peixoto Pereira	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.92721080718">https://doi.org/10.22533/at.ed.92721080718</a>	
<b>CAPÍTULO 19.....</b>	<b>152</b>
<b>USO DE INIBIDORES DE BOMBA DE PROTÓNS E RISCO DE FRATURA: UMA REVISÃO</b>	
Rachel Melo Ribeiro	
Natália Silva de Carvalho	
Jhônata Costa Moura	
Natália Carvalho Fonsêca	
Karen Marayanne Torres Cavalcante Barros	
Vanessa Almeida Silva	
Moisés Lucas Braz	
Beatriz da Silva Ferreira de Lima	
Raphael Ferreira Faleiro	
Antonio Carlos Romao Borges	
Marilene Oliveira da Rocha Borges	
Marcos Roberto Dias Machado Júnior	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.92721080719">https://doi.org/10.22533/at.ed.92721080719</a>	
<b>CAPÍTULO 20.....</b>	<b>175</b>
<b>UTILIZAÇÃO DO EXTRATO DE <i>CANNABIS</i> NO TRATAMENTO DA EPILEPSIA</b>	
Flávia de Souza	
Izabela Fernanda Miranda Brilhante	
Vanessa Peixoto Milani das Chagas	
Daniel Gustavo dos Reis	
Andrey Borges Teixeira	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.92721080720">https://doi.org/10.22533/at.ed.92721080720</a>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>184</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>185</b>

# CAPÍTULO 6

## CUIDADOS PALIATIVOS: UM BREVE OLHAR SOBRE A EVOLUÇÃO DAS NORMAS E CONCEITOS

Data de aceite: 01/07/2021

Data de submissão: 03/06/2021

**Ana Cristina Ribeiro Zollner**

Universidade Santo Amaro, Faculdade de  
Medicina

São Paulo, SP

<http://lattes.cnpq.br/0589527306097067>

**Melca Bonini**

Universidade Santo Amaro, Faculdade de  
Medicina

São Paulo, SP

<http://lattes.cnpq.br/7260788021273847>

**Gabriela dos Santos Medina**

Universidade Santo Amaro, Faculdade de  
Medicina

São Paulo, SP

<http://lattes.cnpq.br/4820076122587372>

**Marina Cagini**

Universidade Santo Amaro, Faculdade de  
Medicina

São Paulo, SP

<http://lattes.cnpq.br/7919606217587198>

**Erica Nunes da Silva**

Universidade Santo Amaro, Faculdade de  
Medicina

São Paulo, SP

<http://lattes.cnpq.br/9509431648593606>

**Luci Mendes de Melo Bonini**

Universidade de Mogi das Cruzes, Mestrado  
em Políticas Públicas

<http://lattes.cnpq.br/1281239421952609>

**Leonardo de Souza Piber**

Universidade Santo Amaro, Faculdade de  
Medicina

São Paulo, SP

<http://lattes.cnpq.br/3176689179668902>

**RESUMO:** Estuda-se o conceito dos cuidados paliativos e como este se refletiu nas normas emanadas no âmbito federal e no do Conselho Federal de Medicina. Este estudo tem como objetivo descrever, de modo breve, o processo de construção das normas nacionais, tanto as do sistema normativo federal quanto às do Conselho Federal de Medicina e como as primeiras caminham lentamente em comparação às segundas. Esta pesquisa é de caráter descritivo de abordagem qualitativa. Trata-se de pesquisa documental, a partir de documentos emanados do sistema normativo federal – leis e projetos de leis e do Conselho Federal de Medicina em momentos que se abordou a finitude humana, os cuidados paliativos e a vontade do paciente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Terminalidade da vida. Medicina Paliativa. Bioética.

### PALLIATIVE CARE: A BRIEF LOOK AT THE EVOLUTION OF NORMS AND CONCEPTS

**ABSTRACT:** This study presents the concept of palliative care and how it was reflected in the norms issued at the federal level and at the Federal Council of Medicine. This study aims to describe, briefly, the process of construction of national standards, both those of the federal

regulatory system and those of the Federal Council of Medicine, and how the federal norms move slowly compared to the council. This research is descriptive with a qualitative approach. This is a documentary research, based on documents emanating from the federal regulatory system – laws and bills and from the Federal Council of Medicine at times when human finitude, palliative care and the patient's will, were addressed.

**KEYWORDS:** End of life. Palliative Medicine. Bioethics

## INTRODUÇÃO

A morte é representada sob diversos aspectos gráficos e imagéticos em diferentes culturas. Há vários conceitos nas diversas religiões, assim como conceitos diversificados nas diferentes áreas do conhecimento, porém em todos eles a finitude do corpo é um fenômeno consensual e seu processo, na maioria das vezes doloroso.

Do ponto de vista da Antropologia a morte vai além da transitoriedade da vida, pois remete a um mundo que não é inteligível aos homens, o que faz emergir o universo simbólico religioso dos mundos metafísicos, dos diferentes deuses e deusas que povoam mundos alternativos: aqueles que recebem as almas depurando-as de todo o mal e os outros que as recebem puras e santas (GIACOIA JR., 2005)

Na civilização humana a consciência da morte está dentro de um sistema organizado das sociedades, há várias representações criadas em torno do falecimento e embora ela seja uma constante na vida de todos os grupos sociais, desenvolveram-se diferentes interpretações e representações simbólicas (WEISS, 2014).

A morte é algo inevitável para qualquer ser vivo desse planeta, no caso do ser humano ele posterga esse fim através da medicina, mas não é algo “*ad aeternum*”, pois o próprio corpo acaba sucumbindo em algum momento (COSMO MONTEIRO *et al*, 2016). Desse modo, a visão de morrer para um paciente terminal chega a ser aterrorizante e é, nesse exato momento, que a decisão do médico em abdicar da tentativa de cura e confortar o doente para partir sem sofrimento físico ou psicológico é importante.

Os avanços das ciências da saúde aliados ao desenvolvimento tecnológico vêm ao encontro de melhorias nos diagnósticos, na criação de medicamentos, na possibilidade de prevenção de inúmeras doenças, na melhor formação dos profissionais de saúde e na infraestrutura hospitalar. Tudo isso, somado às reformas da legislação trazem um novo entendimento sobre o processo da morte e seus desafios para os profissionais de saúde, mais especificamente o médico e suas decisões quando se depara com os cuidados paliativos nas unidades de terapia intensiva e, conseqüentemente, a morte.

Quanto mais o conhecimento avança mais recursos artificiais auxiliam o retardamento da morte, o que pode trazer mais sofrimento e perda da dignidade do doente, sem condições de decidir se quer ou não continuar sem condições de recuperação (BARUZZI; IKEOKA, 2013).

Atualmente, os cuidados paliativos encontram-se em diferentes lugares, inclusive na

residência do doente. No Brasil são, em sua maioria, oferecidos por programas inseridos em instituições hospitalares (RABELLO; RODRIGUES, 2010).

A fragmentação das especialidades médicas e suas tecnologias tornam o objeto de estudo cada vez mais específico o que faz com que o médico não saiba lidar com as questões menos pontuais do cuidado ao paciente terminal (CONCEIÇÃO *et al*, 2019) No entanto, os padrões metodológicos dos cuidados paliativos vêm avançando, buscando novas técnicas menos invasivas no sentido de promover a dignidade humana sem medidas mais agressivas, deixando de lado a distanásia, um comportamento com raízes culturais, que insiste numa abordagem biotecnológica característica da formação médica (BARUZZI; IKEOCA, 2013).

A diminuição da dor na terminalidade da vida é um ponto que deve ser discutido desde a formação médica, voltada para uma visão mais humanizada do paciente. Países como Japão, Itália e Estados Unidos vêm buscando medidas que privilegiam o alívio da dor e do sofrimento, do conforto físico e emocional em detrimento da vida prolongada artificialmente (PESSINI; SIQUEIRA, 2019).

A morte faz parte do cotidiano dos médicos e neste sentido o Código de Ética Médica brasileiro, de 2019, estabeleceu, no artigo 22 que: “Nas situações clínicas irreversíveis e terminais, o médico evitará a realização de procedimentos diagnósticos e terapêuticos desnecessários e propiciará aos pacientes sob sua atenção todos os cuidados paliativos apropriados.” (CFM, 2019).

À medida que avançam as técnicas médicas de prolongamento da vida, fica mais preciso o conceito de cuidados paliativos e seus limites, embora existam diferentes pontos de vista, nos diferentes ramos dos saberes.

A origem dos cuidados paliativos se deu na Idade Média, durante as Cruzadas, período em que se encontravam moribundos acometidos de lepra, de fome, mulheres em trabalhos de parto, pobres e outros casos de doentes que não encontravam amparo (PESSINI; SIQUEIRA, 2019). Na contemporaneidade, essa prática surgiu no Reino Unido na década de 1960, com o objetivo de aliviar a dor, considerando os aspectos sociais, psicoemocionais e espirituais (COSTA; DUARTE, 2019).

O conceito de cuidados paliativos foi sendo desenhado ao longo das últimas décadas. Segundo a OMS (2020), os cuidados paliativos são uma abordagem que melhora a qualidade de vida dos pacientes (adultos e crianças) e seus familiares que enfrentam os problemas associados a doenças potencialmente fatais, por meio da prevenção e do alívio do sofrimento, da identificação precoce e avaliação e tratamento corretos de dor e outros problemas, sejam físicos, psicossociais ou espirituais. Destacam-se alguns pontos ainda sobre o conceito da OMS (2020) o cuidado paliativo: afirma a vida e considera a morte um processo normal; não pretende apressar ou adiar a morte; integra os aspectos psicológicos e espirituais do atendimento ao paciente; oferece um sistema de apoio para ajudar os pacientes a viver tão ativamente quanto possível até a morte, ente outros.

O conceito de cuidados paliativos é recente no mundo e no Brasil e vem se estabelecendo com mais clareza à medida que avançam as reflexões na área da ética médica, bem como nos sistemas normativos de vários países.

Em 1999, a Iniciativa Internacional de Cuidados Paliativos, com representantes de 25 países, desenvolveu estratégias que delinearão esse campo da área médica. O debate pautou-se em seis pilares: i) implementação e integração dos serviços e desenvolvimento de equipes; ii) políticas de saúde: criação do conceito, plano de implementação e incluir cuidados paliativos nas políticas de saúde infantil e adulto; iii) financiamento: revisar financiamento para implementação nos hospitais e em casa, assim como prever salários para os profissionais; iv) amparo legal: rever legislação em todos os sentidos; v) educação: introduzir cuidados paliativos nos currículos dos cursos de medicina e enfermagem; criar a especialidade e desenvolver protocolos e linhas de ação; vi) políticas de medicamentos: rever leis essenciais para avaliação, fabricação, importação, armazenamento, distribuição e prescrição de remédios e construir uma política de divulgação entre médicos, farmacêuticos e gestores da área da saúde (CALLAWAY *et al*, 2018).

Em virtude dos pilares anteriormente descritos, este estudo tem como objetivo descrever, de modo breve, o pilar IV, ou seja, o processo de construção das normas nacionais, tanto as do sistema normativo federal quanto às do Conselho Federal de Medicina e como as primeiras caminham lentamente em comparação às segundas.

## MÉTODO

Esta pesquisa é de caráter descritivo de abordagem qualitativa. A abordagem qualitativa, no sentido aqui utilizado é a de um universo de significados, crenças, aspirações, valores e atitudes (SANTOS; BUENO, 2011).

Trata-se de pesquisa documental, que busca informações em documentos de modo a reunir, comparar e classificar de modo a se obter um significado de discursos, histórias e modo de organização de um pensamento de um recorte cultural e temporal.

No caso deste estudo, foram documentos emanados do sistema normativo federal – leis e projetos de leis e do Conselho Federal de Medicina em momentos que se abordou a finitude humana, os cuidados paliativos e a vontade do paciente. A fim de compreender determinados recortes e significados, realizou-se uma revisão da literatura com diferentes posicionamentos acerca desses temas, seja sob o ponto de vista de reflexões advindas de juristas, seja na de profissionais de saúde de modo a se comparar e/ou contrastar posicionamentos.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A fim de se descrever, a evolução normativa do conceito de finitude humana, em diferentes níveis decisórios e seus desdobramentos, elaborou-se um quadro (quadro 1)

com cada norma, cada órgão que a expediu, e trechos que se entendem serem pertinentes.

NORMA	NÍVEL DECISÓRIO	CONTEÚDO
<b>Cód. Ética Médica 1988</b>	CFM	<b>CAPÍTULO IV - DIREITOS HUMANOS</b> É vedado ao médico (...) Art. 66: Utilizar, em qualquer caso, meios destinados a abreviar a vida do paciente, ainda que a pedido deste ou de seu responsável legal.
<b>Art. 1, inciso III, Constituição Federal de 1988</b>	Federal	III Dignidade da pessoa humana (fundamento da República Federativa do Brasil)
<b>Art. 5º. Da Constituição Federal de 1988</b>	Federal	Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, <b>garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida</b> , à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes (...) gn
<b>Lei 8080/1990</b>	Federal	Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. § 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.
<b>Conceito de cuidado paliativo/ 2002</b>	Organização Mundial de Saúde (2020)	O cuidado paliativo é uma abordagem que melhora a qualidade da vida dos pacientes (adultos e crianças) e das famílias que estão enfrentando os problemas associados com doenças que ameaçam a vida, através da prevenção e alívio de sofrimento por meio de identificação precoce, tratamento correto, tratamento da dor e dos outros problemas, seja físico, psicossocial ou espiritual. <sup>1</sup>
<b>Res. 1.805/06</b>	CFM	Ementa: Na fase terminal de enfermidades graves e incuráveis, é permitido ao médico limitar ou suspender procedimentos e tratamentos que prolonguem a vida do doente, garantindo-lhe os cuidados necessários para aliviar os sintomas que levam ao sofrimento, na perspectiva de uma assistência integral, respeitada a vontade do paciente ou seu representante legal. (...) Art. 1o É permitido ao médico limitar ou suspender procedimentos e tratamentos que prolonguem a vida do doente em fase terminal, de enfermidade grave e incurável, respeitada a vontade da pessoa ou de seu representante legal.

<sup>1</sup> Tradução livre dos autores

<p><b>Res. 1931/09</b> (revogada pela 2217/18)</p>	<p>CFM – CEM</p>	<p><b>CAPÍTULO IV – DIREITOS HUMANOS</b> É vedado ao médico: (...) Art. 24. Deixar de garantir ao paciente o exercício do direito de decidir livremente sobre sua pessoa ou seu bem-estar, bem como exercer sua autoridade para limitá-lo.</p> <p><b>CAPÍTULO V – RELAÇÃO COM PACIENTES E FAMILIARES</b> Art. 41. Abreviar a vida do paciente, ainda que a pedido deste ou de seu representante legal: Parágrafo único: Nos casos de doença incurável e terminal, deve o médico oferecer todos os cuidados paliativos disponíveis sem empreender ações diagnósticas ou terapêuticas inúteis ou obstinadas, levando sempre em consideração a vontade expressa do paciente ou, na sua impossibilidade, a de seu representante legal.</p>
<p><b>Res. 1995/2012</b></p>	<p>CFM</p>	<p>Art. 1º. Definir diretivas antecipadas de vontade como o conjunto de desejos, prévia e expressamente manifestados pelo paciente, sobre cuidados e tratamentos que quer, ou não, receber no momento em que estiver incapacitado de expressar, livre e autonomamente, sua vontade. Art. 2º. Nas decisões sobre cuidados e tratamentos de pacientes que se encontram incapazes de comunicar-se, ou de expressar de maneira livre e independente suas vontades, o médico levará em consideração suas diretivas antecipadas de vontade. § 1º. Caso o paciente tenha designado um representante para tal fim, suas informações serão levadas em consideração pelo médico. § 2º. O médico deixará de levar em consideração as diretivas antecipadas de vontade do paciente ou representante, em sua análise, estiverem em desacordo com os preceitos ditados pelo Código de Ética Médica. § 3º As diretivas antecipadas do paciente prevalecerão sobre qualquer outro parecer não médico, inclusive sobre os desejos dos familiares. § 4º O médico registrará, no prontuário, as diretivas antecipadas de vontade que lhes foram diretamente comunicadas pelo paciente. § 5º Não sendo conhecidas as diretivas antecipadas de vontade do paciente, nem havendo representante designado, familiares disponíveis ou falta de consenso entre estes, o médico recorrerá ao Comitê de Bioética da instituição, caso exista, ou, na falta deste, à Comissão de Ética Médica do hospital ou ao Conselho Regional e Federal de Medicina para fundamentar sua decisão sobre conflitos éticos, quando entender esta medida necessária e conveniente.</p>
<p><b>Res. 2156/2016</b></p>	<p>CFM</p>	<p>(...) <b>CONSIDERANDO</b> que, nos casos de doença incurável e terminal, deve o médico oferecer todos os cuidados paliativos disponíveis, sem empreender ações diagnósticas ou terapêuticas inúteis ou obstinadas, levando sempre em consideração a vontade expressa do paciente ou, na sua impossibilidade, a de seu representante legal; (...)</p>

Res. 2217/2019	CFM	<p><b>CAPÍTULO V - RELAÇÃO COM PACIENTES E FAMILIARES</b>  É vedado ao médico  Art. 41. Abreviar a vida do paciente, ainda que a pedido deste ou de seu representante legal.  Parágrafo único. Nos casos de doença incurável e terminal, deve o médico oferecer todos os cuidados paliativos disponíveis sem empreender ações diagnósticas ou terapêuticas inúteis ou obstinadas, levando sempre em consideração a vontade expressa do paciente ou, na sua impossibilidade, a de seu representante legal.</p>
Lei Nº 13.968/ 2019	Federal	<p>Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar o crime de incitação ao suicídio e incluir as condutas de induzir ou instigar a automutilação, bem como a de prestar auxílio a quem a pratique.</p> <p>Art. 122. Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou a praticar automutilação ou prestar-lhe auxílio material para que o faça:  Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.  (...)  § 3º A pena é duplicada:  I - se o crime é praticado por motivo egoístico, torpe ou fútil;  II - se a vítima é menor ou tem diminuída, por qualquer causa, a capacidade de resistência.</p>

Quadro 1. Trajetória histórica de normas que discutem a terminalidade da vida sob os olhares normativo brasileiro e do Conselho Federal de Medicina.

Fonte: os autores.

A Bioética, área do conhecimento que toma como ponto central a vida do ser humano na sua integridade e na preservação de sua dignidade, tem no ramo do Direito seu par, o Biodireito. Este estuda as relações jurídicas entre o direito e a medicina, de modo que ambos interajam quando o assunto é a dignidade da pessoa humana (ASSRAF, 2017).

No final da década de 1950, o Conselho Federal de Medicina se expressava contra qualquer atitude de abreviar a vida do paciente, ainda ligado fortemente ao juramento hipocrático. Quase quatro décadas depois, a Carta Magna brasileira exalta a dignidade humana como um dos fundamentos da república e versa sobre o direito à vida em todos seus aspectos.

No âmbito jurídico, a morte só é vista no Código Civil (Lei 10.406 de 2002) em seu artigo 6º., se dá pelo fim da pessoa natural e, em algumas situações, no Código Penal (Decreto Lei 2.848/40), artigo 121, que versa sobre o homicídio propriamente dito, e o artigo 122, que pune quem instiga, induz ou auxilia o suicídio (BRASIL, 2002; 1940; 2019).

Com relação ao conceito de morte no complexo cenário dos cuidados paliativos, a Câmara Federal entende que é necessária uma mudança de cultura e, conseqüentemente, de norma, pois desde 2012 tramita um Projeto de lei de número 236, que altera o Código Penal (datado de 1940) em seu artigo 122 para tipificação da eutanásia, cuja redação

expressa que não há crime em: “Matar, por piedade ou compaixão, paciente em estado terminal, imputável e maior, a seu pedido, para abreviar-lhe sofrimento físico insuportável em razão de doença grave (...)” (BRASIL, 2012). O mesmo artigo discrimina que dois médicos podem atestar o abandono dos meios artificiais para manter a vida de um paciente que dê seu consentimento esclarecido, ou ascendente ou descendente (FIGUEIRÊDO NETO, 2016).

Observa-se que o direito brasileiro pretende inserir a morte digna em suas leis, visando sempre à proteção da vida, afinal, a mudança está prevista apenas em um código onde as condutas, ali listadas, são de cunho punitivo.

Ainda sob o ponto de vista do direito, a imposição de valores coletivos limita e cerceia a liberdade individual e conseqüentemente sua independência, porém, no coração do princípio da dignidade humana está a autonomia, ou seja, nesse caso, dentro do processo da morte e do morrer, o sujeito que deve fazer suas escolhas (BARROSO, MARTEL, 2010).

A Lei 8080 de 1990 entende a assistência integral como “conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema”, expresso desta maneira a morte e a terminalidade da vida não se configuram nem na prevenção nem na cura, logo, um caminho que assegura a ética diante dessas duas circunstâncias é fundamentar-se nos princípios seguintes: qualidade de vida, previsto pela Organização Mundial da Saúde e dignidade da pessoa humana, inscrito na Lei maior (RABELLO ; RODRIGUES, 2010).

No projeto de Lei 149, em trâmite no Senado Federal, que dispõe das diretivas antecipadas de vontade sobre tratamento de saúde, manifesta que muitos países já esboçaram em suas normas a exclusão da ilicitude da ortotanásia e o Brasil deveria entrar em sintonia com esse pensamento, garantindo a possibilidade de o paciente ter sua vontade manifestada antecipadamente ao agravamento da doença, dando seu consentimento livre e esclarecido para recusa ou concordância a algum tratamento.

As normas que caminham pelas mãos dos profissionais de saúde, inseridos no Conselho Federal de Medicina, vêm inserindo um conceito de morte, terminalidade da vida e cuidados paliativos, ao longo de suas reflexões éticas, uma vez que ao relacionar-se esses pontos à prática humanizada da medicina, depara-se com um profissional mais preparado para lidar com todo o processo que envolve os momentos finais de seu paciente e a consciência da finitude do ser humano (TAMADA *et al*, 2017).

A Resolução 1805/2006, regulamentava a ortotanásia, ou morte digna, porém foi suspensa por meio de uma Ação Civil Pública e, só em 2010, teve a sua constitucionalidade reconhecida (DADALTO, 2018). Enquanto essa ação tramitava, surge, em 2012, a Resolução 1995, que abordava as diretrizes da vontade. O paciente tinha sua autonomia garantida, pois essa resolução garantia o direito de o paciente submeter-se ou não a um tratamento, desde que assinasse um termo de consentimento livre e esclarecido (LIMA, 2015).

Embora no quadro dos cuidados paliativos a vida do doente deva ser assistida por uma equipe multiprofissional, o médico é o sujeito principal nesse cuidado, pois ele é o responsável de todo tratamento, o que inclui atitudes como salvar a vida do paciente a qualquer custo, ou escolher os cuidados paliativos para o conforto do seu paciente, para que este tenha uma morte digna dando, não só ao doente, mas sua família o “tempo”, mesmo que pouco, para aceitar a ideia da morte e de morrer (COSMO MONTEIRO *et al*, 2016).

Os avanços no conjunto normativo do conselho federal conduziram à resolução 2156/2016, na qual os cuidados paliativos ficam bem claros, nos procedimentos de admissão de pacientes:

com doença em fase de terminalidade, ou moribundos, sem possibilidade de recuperação. Em geral, esses pacientes não são apropriados para admissão na UTI (exceto se forem potenciais doadores de órgãos). No entanto, seu ingresso pode ser justificado em caráter excepcional, considerando as peculiaridades do caso e condicionado ao critério do médico intensivista (CFM, 2016).

A medicina é uma ciência que caminha com mais velocidade do que a concepção de políticas públicas que emergem no legislativo, passam pelo executivo de um país. A morosidade no legislativo, executivo e judiciário se dá uma vez que a tramitação de um projeto de lei pode levar mais de dez anos, dependendo da vontade do povo, do legislador e das circunstâncias em que se encontra o país. Nesse último caso, vale ressaltar que, o envelhecimento populacional pode trazer doenças crônico-degenerativas que aumentarão a demanda por cuidados paliativos, e conseqüentemente podem levar o, já precário sistema de saúde, a um congestionamento. Se ainda se levar em consideração, pandemias que podem ocorrer com intervalos de tempo menores, os sistemas de saúde e seus departamentos de cuidados paliativos, devem ampliar seus espectros em termos de modernização e ampliação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo tinha como objetivo descrever, de modo breve, o processo de construção das normas nacionais, tanto as do sistema normativo federal quanto às do Conselho Federal de Medicina e como as primeiras caminham lentamente em comparação às segundas.

Entendeu-se que isso se dá pela urgência do cotidiano dos profissionais de saúde dentro de um sistema desgastado, principalmente nos anos em que tomou de assalto o mundo, a pandemia de COVID-19 em que as discussões sobre os cuidados paliativos se acirraram.

Assinala-se que é necessário um delineamento preciso do conceito de cuidados paliativos, uma definição clara de vontade do paciente ou seu responsável legal, uma formação humanística dos profissionais de saúde, uma consolidação da infraestrutura do

sistema único de saúde em todos os níveis e finalmente uma maior sintonia entre o poder legislativo, a população e os profissionais de saúde para debater o tema, principalmente em audiências públicas a fim de se criar a cultura para a morte digna.

Outros estudos mais detalhados, devem ser necessários para que se esse tema seja mais debatido dentro dos outros aspectos apontados pela Iniciativa Internacional do Cuidados Paliativos.

## REFERÊNCIAS

ASSRAF, Jony. Morrer com dignidade: a eficácia da ortotanásia no Direito Brasileiro. **Artigos jus.com.br**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/55431/morrer-com-dignidade-a-eficacia-da-ortotanasia-no-direito-brasileiro>. Acesso em 22.05.2009.

BARUZZI, Antônio Cláudio do A. e IKEOKA Dimas T. Terminalidade e cuidados paliativos em terapia intensiva. **Rev Assoc Med Bras**. 2013;59(6):528–530. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ramb.2013.06.018>.

BARROSO, Luís Roberto, MARTEL, Letícia de Campos Velho. A morte como ela é: dignidade e autonomia individual no final da vida. **Revista da Faculdade de Direito de Uberlândia** v. 38: 235-274, 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistafadir/issue/view/824>. Acesso em 29.05.2021.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 30.05.2021.

BRASIL. **Lei 2.848 de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm). Acesso em: 22.05.2019.

BRASIL. **Lei 8080**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm). Acesso em 27.05.2021.

BRASIL. **Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002**. Código Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm). Acesso em: 22.05.2019.

BRASIL. **Lei 13.968 de 26 de dezembro de 1969**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar o crime de incitação ao suicídio e incluir as condutas de induzir ou instigar a automutilação, bem como a de prestar auxílio a quem a pratique. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13968.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13968.htm). Acesso em 29.05.2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 149 de 2021**. Dispõe sobre as diretivas antecipadas de vontade sobre tratamentos de saúde. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2268829>. Acesso em 29.05.2021.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei 236 de 2012**. Novo Código Penal. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/106404>. Acesso em 22.05.2020.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. **Código de Ética Médica de 1988**. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/etica-medica/codigo-1988/>. Acesso em: 29.05.2021.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. **Resolução 1805/2006**. Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2006/1805>. Acesso em 29.05.2021.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. **Resolução 1931/2009**. Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2009/1931>. Acesso em 29.05.2021.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. **Resolução 1995/2012**. Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2012/1995>. Acesso em 27.05.2021.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. **Resolução 2156/2016**. Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2016/2156>. Acesso em 29.05.2021.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. Resolução 2217/2019. Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2018/2217>. Acesso em: 29.05.2021.

CALLAWAY, Mary V.; CONNOR, Stephen R.; FOLEY, Kathleen M. World Health Organization Public Health Model: A Roadmap for Palliative Care Development. **S6 Journal of Pain and Symptom Management** Vol. 55 No. 2S February 2018.

CONCEIÇÃO, Marcos Vinícius da; VASCONCELOS, Maiane Cássia de Castro; TELINO, Caio José Coutinho Leal, GUEDES, Erik Vinícius Barros; PIMENTEL, Deborah Mônica Machado. Conhecimento sobre cuidados paliativos entre médicos residentes de hospital universitário. **Rev. bioét.** (Impr.). 2019; 27 (1): 134-42

COSMO MONTEIRO, Mayla; SEIXAS MAGALHÃES, Andrea; FÉRES - CARNEIRO, Terezinha; NONATO MACHADO, Rebeca. Terminalidade em uti: dimensões emocionais e éticas do cuidado do Médico intensivista. **Psicologia em Estudo**, vol. 21, núm. 1, Jan/mar, 2016, pp. 65-75

COSTA, Beatriz Priscila e DUARTE, Luciano Azevedo. Reflexões bioéticas sobre finitude da vida, cuidados paliativos e fisioterapia. **Revista Bioética** [online]. 2019, v. 27, n. 3. pp. 510-515. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1983-80422019273335>>. 26 Set 2019.

DADALTO, Luciana. A morte digna como direito fundamental da pessoa humana. In. Medicina e Direito: responsabilidade civil, judicialização da saúde, sigilo profissional, genética, violência contra a mulher e dignidade na morte. Reflexões e conferências do VII Congresso Brasileiro de Direito Médico. Brasília (DF). 3 e 4 de Agosto de 2016. CFM. Brasília. 2018.

FIGUEIRÊDO NETO, Pedro Camilo de. Breves anotações sobre a eutanásia. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 21, n. 4741, 24 jun. 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/50027>. Acesso em: 28 maio 2021.

GIACOIA JÚNIOR, Oswaldo. A visão da morte ao longo do tempo. Medicina (Ribeirão Preto). 2005; 38 (1): 13-19 Simpósio: MORTE: VALORES E DIMENSÕES. 2005; 38 (1): 13-19.

LIMA, Carolina A. de. Ortotanásia, cuidados paliativos e direitos humanos. **Rev Soc Bras Clin Med.** 2015 jan-mar;13(1). Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/1679-1010/2015/v13n1/a4762.pdf>. Acesso em 31.05.2021.

PESSINI, Leo; SIQUEIRA, José Eduardo de. Reflexões sobre cuidados a pacientes críticos em final de vida. **Rev. bioét.** (Impr.). 2019; 27 (1): 29-37.

RABELLO, Cláudia Azevedo Ferreira Guimarães; RODRIGUES, Paulo Henrique de Almeida. Saúde da família e cuidados paliativos infantis: ouvindo os familiares de crianças dependentes de tecnologia. **Ciência & Saúde Coletiva**, 15(2):379- 388, 2010.

SANTOS, Janaina Luiza dos e BUENO, Sonia Maria Villela Educação para a morte a docentes e discentes de enfermagem: revisão documental da literatura científica. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**. 2011, v. 45, n. 1. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342011000100038>.

TAMADA, Jacqueline Kaori Tozaki; DALANEZE, Aline Skawinski; BONINI, Luci Mendes de Melo; MELO, Tatiana Ribeiro de Campos. Relatos de médicos sobre a experiência do processo de morrer e a morte de seus pacientes. **Rev Med (São Paulo)**. 2017 abr-jun.;96(2):81-7.

WEISS, Inajara Kaona. As faces da morte: um estudo antropológico das variadas formas de inumação. **Revista Alamedas**. Vol. 2, n.1, 2014.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Global Atlas of Palliative Care** 2nd Edition. London, UK .2020. Disponível em: [www.thewhpca.org](http://www.thewhpca.org). Acesso em: 27.05.2021.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Abuso sexual infantil 89, 90, 91, 92, 93, 97  
Acidente vascular cerebral 60, 106, 154, 180  
Adulto 39, 145, 148  
Anodização 20, 21, 22, 27, 28, 29

### B

Biocompatibilidade 20  
Bioética 36

### C

Canabidiol 121, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182  
Cannabis 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183  
Cefaleia 30, 31, 32, 33, 34, 35  
Cefaleia em salvas 30, 31, 32, 33, 34, 35  
Clínica 30, 34, 59, 75, 81, 86, 100, 117, 123, 138, 139, 140, 143, 144, 145, 155, 158, 183

### D

Desastres 6, 7, 8, 9  
Diabetes mellitus 56, 57, 58, 64, 99, 100, 101, 164, 166  
Diálise renal 12  
Distúrbios 11, 12, 17, 33, 53, 60, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 111, 117, 141, 142, 153, 160, 171, 176, 178  
Dor 15, 30, 31, 32, 33, 34, 38, 40, 49, 51, 52, 53, 56, 57, 58, 61, 66, 69, 71, 72, 73, 75, 76, 86, 94, 97, 101, 146, 147, 148, 180  
Dor abdominal 58, 61, 69, 76

### E

Educação interprofissional 1, 2, 3, 4, 5  
Emergências 4, 6, 87, 113  
Epilepsia 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 139, 140, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183  
Espondilodiscite 56, 57, 58  
Estenose das carótidas 106  
Esterilização tubária 69

Etilismo 137

Extensão 30, 99, 103, 153, 184

## **F**

Falha contraceptiva 69

Fratura 145, 147, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172

## **G**

Gravidez ectópica 69, 71, 72, 77, 78

Gravidez tubária 69

## **H**

Hérnia inguinal 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87

## **I**

Imersão 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54

Inibidor de bomba de próton 153

Insuficiência renal crônica 12, 14, 18, 19

Insuficiência venosa crônica 99, 100, 104

Isquemia mesentérica 79, 80, 84

## **L**

Lúpus eritematoso sistêmico 106, 108, 109

## **N**

Nanotubos 20, 26, 28, 29

## **P**

Pé diabético 56, 57, 58

Pediatria 136, 145, 150, 182, 183

Período pós-parto 126, 128, 135

Pós-operatório 61, 63, 79, 81

Práticas interdisciplinares 1

Prematuridade 48, 49, 50, 55, 169

Procedimento cirúrgico 60, 79, 86

Psicologia médica 11, 12

## **Q**

Qualidade de vida 11, 12, 13, 18, 19, 34, 38, 43, 100, 101, 102, 103, 104, 110, 112, 113,

115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 153, 171, 177, 178, 179, 181

## **R**

Recém-nascido 48, 50, 126, 128

Relação interprofissional 1

## **S**

Saúde 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 17, 34, 37, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 55, 60, 70, 77, 85, 86, 88, 90, 91, 92, 97, 99, 101, 102, 107, 110, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 127, 128, 135, 136, 141, 143, 153, 160, 163, 167, 168, 169, 179, 181, 182, 184

Síndrome antifosfolipídica 106

Síndrome de Wernicke-Korsakoff 137, 138, 143, 144

Start 6, 7, 31, 126

## **T**

TEPT 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97

Terminalidade da vida 36, 38, 42, 43

Tiamina 137, 138, 140, 141, 143, 144

Titânio 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29

Tórax instável 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151

Trombofilia 105, 106

## **U**

Unidade neonatal de terapia intensiva 48, 50

# CIÊNCIAS MÉDICAS:

CAMPO TEÓRICO, MÉTODOS, APLICABILIDADE E LIMITAÇÕES

2

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 @atenaeditora  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](http://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

 **Atena**  
Editora  
Ano 2021

# CIÊNCIAS MÉDICAS:

CAMPO TEÓRICO, MÉTODOS, APLICABILIDADE E LIMITAÇÕES

2

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 @atenaeditora  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](http://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

 **Atena**  
Editora  
Ano 2021